CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 146/92 - Reautuado em 11-06-95

INTERESSADA: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva

ASSUNTO: Autorização para -funcionamento da Habilitação em Educação de Excepcionais - Deficientes Mentais

RELATOR: Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses

PARECER CEE Nº 726/95 - CETG - APROVADO EM 06-12-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

1.1.1. A direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva solicita deste Conselho autorização para funcionamento da Habilitação em Educação de Excepcionais-Deficientes Mentais.

Em 1991, a direção da Faculdade encaminhou o presente pedido ao Conselho Federal de Educação.

O expediente foi encaminhado a este Conselho pela Delegacia do MEC de São Paulo para conhecimento e medidas cabíveis. Em setembro de 1992, a direção da Faculdade, pelo Ofício nº 107/92, solicitou providências deste órgão para regularização do pedido, tendo sido o processo baixado era diligência para que a interessada adequasse o expediente à legislação vigente.

Voltou a direção da Instituição, em 1993, para solicitar deste Conselho a autorização para funcionamento da Habilitação em Educação de Excepcionais -Deficientes Mentais, junto ao seu Curso de Pedagogia, nos termos da Deliberação CEE nº 04/92.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau, inicialmente, e depois o Conselho Pleno examinaram a documentação apresentada pela solicitante e, pelo Parecer CEE nº 1.000/93, aprovaram a Carta-Consulta e a formação de uma Comissão de Especialistas, constituída pelos professores doutores Marcos José da Silveira Mazzotta e Maria Lúcia Toledo Moraes Amiralian, nos termos da Deliberação CEE nº 07/93.

1.1.2. A matéria em questão foi devidamente adequada às normas estabelecidas pela Deliberação CEE nº 03/94, que regula a autorização de funcionamento e reconhecimento de instituições de ensino superior, de cursos de graduação, suas habilitações e alteração do número de vagas, no âmbito do sistema de ensino do Estado de São Paulo. Assim sendo, consta dos autos o Parecer CEE nº 1.000/93, que aprovou, em 08-12-93, a Carta-Consulta relativa à Habilitação em Educação de Excepcionais-Deficientes Mentais, elaborada e instruída com dados e documentos referentes aos assuntos abaixo descritos.

ENTIDADE MANTENEDORA

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, com sede e foro na cidade de Catanduva na Rua Maranhão nº 898 é uma entidade autárquica municipal, com personalidade jurídica própria de direito público, dispondo de autonomia financeira e administrativa dentro dos limites determinados pela Lei Municipal nº 803, de 02 de setembro de 1966.

Comprovando sua situação jurídica e fiscal, a instituição anexou aos autos os seguintes documentos:

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

Certidão da Prefeitura Municipal de Catanduva de nº 3/76, que transcreve a Lei nº 803/66, a qual atribui regime jurídico de autarquia à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva;

Certidão da Prefeitura Municipal de Catanduva de nº 35/69, que transcreve na íntegra a Lei nº 792/66, a qual cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva.

DIRIGENTES

A direção da Faculdade é exercida pela Professora Maria Helena Fabbri de Araújo, licenciada em Geografia, pela FFCL de Rio Claro, da UNESP, com cursos de especialização em Geografia Agrária, com 180 horas, e em Introdução à Economia Brasileira, com 360 horas. Apresenta extensa relação de experiências de trabalho docente, em escolas de todos os níveis de ensino e tem larga experiência em atividades diretivas.

Foi Diretora da FFCL de Catanduva nos períodos de 1974/78, 1986/90, 1991/1994, tendo sido reconduzida para o mandato 1995/1998.

Tem larga experiência em atividades de pesquisa e atua regularmente na vida intelectual da região, publicando trabalhos na imprensa, freqüentando congressos, seminários e cursos de extensão.

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

INDICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS

Estabelecimento	Curso	Reconhecimento	Vagas	Regime	Turno	Alunado		
						91	92	93
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CATANDUVA	Pedagogia	Decreto Federal nº 68.187/71	100	Anual	Diurno e Noturno	263	245	220
	Complementação Pedagógica	Decreto Federal nº 68.187/71	100	Anual	Diurno e Noturno	043	043	-
	História	Decreto Federal nº 68.187/71	70	Anual	Diurno e Noturno	96	111	135
	Geografia	Decreto Federal nº 68.187/71	60	Anual	Diurno e Noturno	147	146	144
	Letras	Decreto Federal nº 68.187/71	70	Anual	Diurno e Noturno	173	160	159
	Ciências e/ Habilidade em Matemática	Decreto Federal nº 1.479/92	80	Semestral	Diurno e Noturno	125	205	270

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, junta cópia do seu organograma, contendo os órgãos deliberativos e executivos, com a localização exata dos cursos e respectivos departamentos. Procede também a juntada do seu Regimento, aprovado pelo Parecer CEE nº 2.001/81.

INDICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO NOVO CURSO

Novos Cursos	nº Vagas	C/H Total	Séries	Funcionamento	
				Regime	Turno
Educação de Excepcionais - Deficientes Mentais	40	870	1	Anual	Diurno e Noturno

PROJETO PEDAGÓGICO

Em cumprimento ao artigo 7º da Deliberação CEE nº 03/94, a Instituição procede juntada de definição do perfil profissional que deseja formar, das metas e os objetivos do curso e da indicação das atribuições e funções que o recém-formado poderá exercer. Os conteúdos de formação geral e profissionalizantes relacionados com as atividades profissionais e comunitárias prevêm que os alunos terão como atribuições principais: 1. lecionar em classes especiais; 2. auxiliar na reabilitação global; 3. auxiliar na reabilitação física; e 4. auxiliar em equipes multidisciplinares, com fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, enfermeiras, técnicos em próteses e assistentes sociais.

Encontram-se juntados no expediente os Planos de Curso por Disciplina, com as ementas, objetivos, conteúdo programático, estratégia e bibliografia básica.

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

A Faculdade descreve as atividades que favorecem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e finaliza o item apresentando Relação do Material, Equipamentos e Laboratório que serão utilizados durante o curso.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO - SEDE DE INSTALAÇÃO DO CURSO E SEUS INDICADORES GEOGRÁFICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva apresenta minuciosa descrição da situação geográfica da região, seus aspectos físicos, regiões administrativas, economia regional, setor primário, secundário e terciário.

A região do Governo de Catanduva está localizada na porção centro-ocidental do Estado de São Paulo, circunscrevendo uma área de 4.343 Km², equivalente à 1,8% da área do Estado. O Município vem experimentando grande progresso, com taxa de urbanização (em 1991) de 85,43%.

Confronta, com as Regiões de Governo de São José do Rio Preto, Lins, Bauru, Araraquara, Ribeirão Preto e Barretos.

A Região de Governo de Catanduva é composta por 13 municípios que, em 1991, segundo a Fundação Seade, abrigava uma população de 221.314 habitantes, hoje estimada pelas Prefeituras locais, em aproximadamente 270.000 habitantes, correspondendo a 1,53% da população interiorana do Estado.

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

Catanduva, sede da Região Médio Araraquarense, está distante da Capital Paulista 382 km, e tem como principais acessos a Rodovia Washington Luiz, Rodovia Comendador Pedro Monteleone, que liga Catanduva a Bebedouro, e a Rodovia Cezário José de Castilho, que liga Catanduva a Novo Horizonte. Está ainda ligada à Capital pela ferrovia FEPASA. Possui pista de pouso pavimentada, que permite a utilização de aviões de médio porte.

A ocupação da região se deu no início do século com a intensificação do plantio de café, cuja produção, em larga escala, fez com que a região conhecesse rápido progresso. Com a decadência do setor cafeeiro, foi encontrado o caminho alternativo no cultivo da cana-de-açúcar e a instalação das indústrias sucro-alcooleiras, experimentando, presentemente, um novo ciclo de prosperidade em todos os setores econômicos.

No setor primário, a região tem uma área de 81.370 ha, segundo a Delegacia Agrícola de Catanduva, plantada em cana-de-açúcar, produzindo 4.691.800 toneladas de açúcar e mais de 500 milhões de litros de álcool hidratado.

É relevante a cultura da laranja que ocupa área de 60 mil ha e produz aproximadamente 40 milhões de caixas, 90% das quais são processadas em indústrias cítricas da região.

No setor secundário, Catanduva conta com um desenvolvido parque industrial, onde são produzidos, especialmente, açúcar mascavo, café solúvel, álcool hidratado e produtos alimentícios.

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

No período de 1980 a 1988, observou-se um aumento da ordem de 74% no número de empresas instaladas na região, 64,5% desse montante no município-sede, o que representa 278 de um total de 432 unidades industriais fazendo com que Catanduva se posicione em 2º lugar, com 18% das indústrias instaladas nessa região do Estado. Outro dado que realça o progresso da região é o consumo de energia elétrica, que apresentou um crescimento real de 21,3%.

A atividade comercial desenvolveu-se de maneira intensa na região, apresentando estabelecimentos varejistas de médio e grande porte, além do comércio atacadista. O Município de Catanduva, como um pólo de desenvolvimento, emprega 63,65% da mão-de-obra deste setor, estimada em 7.980 pessoas.

Município - sede da Faculdade

O município de Catanduva tem área de 387 km², densidade demográfica de 241.16 hab/km² e taxa de urbanização de 96,35%, apresentando taxa geométrica de crescimento anual da população, no período de 1980/1981, de 2,28%.

A população do Município passou de 75.575 hab., em 1980, Para 92.999 hab., e, em 1991, apresentando os seguintes indicadores sociais de atendimento à população:

- leitos gerais (Hospitais Est., Mun, Part.): - 12,08 (por mil habitantes); Educação (Dados relativos ao ano de 1991): - matrícula inicial Educação Pré-Escolar: 1.821 alunos; Matrícula Inicial do Ensino de 1º Grau: 16.034 alunos; Matrícula Inicial do Ensino de 2º Grau: 3.427 alunos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

Quanto ao atendimento escolar no Município e na Região de Governo, são anexadas ao processo duas declarações expedidas pelo Delegado de Ensino esclarecendo que, "no ano de 1993, a clientela escolar dos 6 (seis) aos 19 (dezenove) anos foi atendida no ensino pré-escolar, fundamental e médio regular e/ou supletivo, da rede oficial, no âmbito desta Delegacia de Ensino", afirmando a mesma autoridade, num segundo ofício, que, "esta Delegacia de Ensino atende à demanda escolar através de sua rede de escolas, não havendo alunos sem matrículas por falta de vagas no 1º e 2º graus".

O número de alunos concluintes do 2º grau, na área de jurisdição da DE de Catanduva, foi, em 1991, de 1.029 e, em 1992, de 1.147.

ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE FIXA OS MÍNIMOS DE APLICAÇÃO PELA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS, EM EDUCAÇÃO

É anexada ao processo, Declaração firmada pelo Senhor Prefeito Municipal, nos seguintes termos:

"DECLARO, para os devidos fins que a Prefeitura Municipal de Catanduva cumpriu com o disposto no Artigo 212 da Constituição Federal, a saber:

1989 - Previsão Orçamentária foi de Cz\$ 5.800.000.000.00;
Aplicação de 38.51% na Educação, aprovada pelo Tribunal de Contas, conforme Parecer publicado no Diário Oficial, em 29 de maio de 1991;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

1990 - Previsão Orçamentária foi de Cz\$ 288.700.000.00; Aplicação de 29.89% na Educação, aprovada pelo Tribunal de Contas, conforme Parecer publicado no Diário Oficial, em 24 de dezembro de 1992:

1991 - Previsão Orçamentária foi de CR\$ 4.326.000.000.00; Aplicação de 28.66% na Educação, aprovado pelo Tribunal de Contas, conforme Parecer publicado no Diário Oficial, em 14 de abril de 1993:

1992 - Previsão Orçamentária foi de CR\$ 9.200.000.00; Aplicação de 26.11% na Educação e, ainda, não publicada no DOE, por estar sob análise".

CAPACIDADE PATRIMONIAL E ECONÔMICO - FINANCEIRA DA FACULDADE

Sendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva uma Autarquia Municipal, seu orçamento para 1993 foi aprovado pelo Decreto nº 1.544, de 1º de novembro de 1992. O artigo 1º desse diploma legal estima a Receita e fixa a Despesa em CR\$ 13.000.000.00 (treze milhões de cruzeiros reais).

A despesa será realizada segundo o seguinte desdobramento:

- Administração CR\$ 3.845.000,00
- Ensino Superior CR\$ 8.910.000.00
- Assistência CR\$ 5.000.00

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

- Previdência CR\$ 120.000.00

A proposta inclui, também, informações sobre a dinâmica populacional regional e as condições sociais da região com a configuração da rede urbana local e regional.

Foram, ainda, apresentados mapeamentos de comportamentos demográfico e sócio-econômico; deslocamento de mão-de-obra (Bóias-Frias); representação espacial da população; setor educacional; equipamentos de Saúde, assim como informações gerais, extraídas de fontes do IBGE.

COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR,
FUNDAMENTAL E MÉDIO

Apresenta-se, ainda, nos presentes autos, minucioso relatório elaborado pela Delegacia de Ensino de Catanduva do qual extraem-se os seguintes dados: a Delegacia de Ensino de Catanduva é integrada por 9 municípios: quadros de matrícula inicial por série e idade para o 1º grau nos anos 1990/1991 e 1992; quadros de projecção de matrícula para os anos de 1993, 1994 e 1995 para o 1º grau; Ofício nº 108/93 da Delegacia de Ensino de Catanduva declarando o satisfatório atendimento ao ensino pré-escolar, fundamental e médio; Ofício nº 127/93 da Delegacia de Ensino de Catanduva referente ao número de alunos matriculados de 5ª a 8ª séries; Ofício nº 101/93 da Delegacia de Ensino de Catanduva que informa o número de concluintes de 2º grau no biênio 91.92; Demonstrativo do IBGE da taxa de crescimento populacional das cidades vizinhas; quadro demonstrativo da procedência dos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

CAPACIDADE PATRIMONIAL E ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ENTIDADE MANTENEDORA

Pela análise das peças contábeis apresentadas apura-se um superavit na ordem de Cr\$ 638.401.013,32 (seiscentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e um mil, treze cruzeiros e trinta e dois centavos), sendo que o orçamento para o exercício financeiro de 1993 estima a Receita e Fixa a Despesa em Cr\$ 13.000.000.000,00 (treze bilhões de cruzeiros). Encontra-se em anexo Decreto Municipal nº 1.554/92, que aprova o orçamento da FAFICA para o exercício de 1993.

O Programa de Trabalho do Governo por órgão e Unidade Orçamentária para o Exercício de 1993 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, destina ao Ensino Superior Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para Projetos.

Em última análise, a situação econômico-financeira da Fundação, para o exercício de 1993, se apresenta equilibrada com satisfatório índice de liquidez.

Como documentação comprobatória do item em questão, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva junta aos autos os seguintes documentos: Balanço Financeiro exercício 1990; Balanço Financeiro exercício 1991; Balanço Financeiro exercício 1992; Balancete referente ao mês de março - Receita; Balancete referente ao mês de março - Despesa; Previsão Orçamentária /1993 - Receita; Previsão Orçamentária/1993 - Despesa; Proposta Orcamentária/1993 - Receita; Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo/ 1993; Especificação da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

Receita por Fontes e Respectiva Legislação/ 1993; Resumo Geral da Receita; Evolução da Receita; Evolução da Despesa; Análise das Despesas Correntes; Demonstração da Receita e da Despesa segundo categorias econômicas; Demonstrativo dos programas de trabalho das unidades orçamentárias pela natureza das despesas; Demonstrativo de funções, programas e subprogramas por projetos e atividades; Demonstração da Despesa por órgão e função.

Para comprovar o patrimônio da Fundação foram juntados a Lei Municipal nº 1391/73, que autoriza a aquisição de imóvel e o Balanço Patrimonial - relativo aos anos de 1990/1991 e 1992.

Encontra-se também, nos autos processuais ora analisados, Declaração da Faculdade assumindo o compromisso de adquirir os equipamentos necessários para o funcionamento do curso solicitado; atestando sua disposição financeira para tanto, comprovantes de aplicações financeiras do BANESPA e Nossa Caixa, bem como Declaração do Prefeito Municipal de Catanduva, responsabilizando-se pela manutenção do curso proposto.

Também, encontra-se juntada Declaração do Sr. Prefeito Municipal de Catanduva sobre o Plano Municipal de Educação, para o quadriênio 1993/1996.

INDICAÇÃO DA NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

Informa a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva que a habilitação, ora

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

solicitada, responde às necessidades, locais tendo em vista o grande número de licenciados que dela necessitam, porquanto inexistente na região outro estabelecimento congênere que ofereça a citada habilitação.

Nos presentes autos, a Faculdade demonstra a procedência dos alunos nela matriculados, confirmando a privilegiada posição geográfica ocupada, bem como a facilidade de deslocamento dos estudantes da região para Catanduva, com o objetivo de aprimorar seus estudos.

Informa, ainda, que na cidade de Catanduva, a porcentagem de professor/aluno deficiente é de: APAE - 71 alunos para 10 Professores; REDE ESTADUAL - 107 alunos para 09 Professores: MUNDO PEQUENO - 25 alunos para 4 professores.

COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA E DE ESPAÇOS FÍSICOS ADEQUADOS AOS OBJETIVOS PROPOSTOS

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva dispõe para o curso pretendido de toda infra-estrutura do prédio onde funciona, informando a existência de 3 (três) salas de aula no 3º pavimento com as seguintes medidas: 27,95m², 55,35m² e 112,23m², salas essas que já serviram ao atendimento de outros cursos e estão ociosas no momento.

Informa o memorial descritivo, sobre o Laboratório de Processamento de Dados, a ser instalado no subsolo, bem como, a construção de prédio de 2 (dois) pavimentos para abrigar novas salas e novos laboratórios para a área de informática.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

Anexa fotografias de dependências da Faculdade e xerocópias de plantas do prédio.

Para finalizar o item em análise, encontram-se acostados aos autos processuais 6 (seis) cadernos de todo o acervo da biblioteca da FAFICA, bem como da Bibliografia Especializada na área de Educação de Excepcionais.

COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE CORPO DOCENTE QUALIFICADO

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva procedeu à juntada do Quadro de Docentes para o curso ora solicitado, que abaixo vai transcrito:

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	DISCIPLINA	HORAS/AULA		HORAS ATIVIDADE (MENSAL)	Nº PROCESSO CEE- Nº DO OFÍCIO DE INDICAÇÃO DA REFERIDA DISCIPLINA
				SEMANAL	ANUAL		
01- Ana Maria Blanes	-Psicóloga (Mestrado em Psicologia)	Parcial	- Psicologia do Excepcional I	02	060	02	Proc. CEE 123/93 Ofício nº 19/93 de 29-01-93
			- Psicologia do Excepcional II	02	060	02	

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

02- Fabíola Augusta do Carmo Ja - nuário	-Psicólo- ga (cur- sando Especia- lização)	Parcial	- Psicopa- tologia	02	060	02	Proc. CEE 124/93 Ofício nº 020/93 de 29-01-93
			- Orienta- ção So- cial e Vocacio- nal de Defici- entes Mentais	04	120	03	Ofício nº 055/93 de 11-05-93 (em anexo)
			- Prática de Ensi- no sob a Forma de Estágio Supervi- sionado em Defi- cientes/ Mentais.	05	150	04	Ofício nº 020/93 de 29-01-93
03- Ma- ria Beatriz Alonso do Nas- cimento	-Psicólo- ga (Pós- Gradua- ção em Didática Geral)	Parcial	- Metodo- logia do Ensino para De- ficien- tes Men- tais	04	120	03	Proc. CEE 122/93 Ofício nº 018/93 de 29-01-93
			- Neurofi- siologia	04	120	03	Proc. CEE 122/93 Ofício nº 056/93 de 11-05-93 (em anexo)
04-Dir- ce Apa- recida Gimenez	-Graduada em Edu- cação Física (curso de Espe- cializa- ção)	Parcial	- Educação Física , Recrea- ção e Jogos p/ Excep- cionais	02	060	02	Proc. CEE 1628/88 Ofício nº 057/93 de 11-05-93 (em anexo)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

05-Wal- denar Carlos Tadini	-Graduado em His- tória Natural (curso de espe- cializa- ção)	Parcial	- Biologia	02	060	02	Proc. CEE 1142/90 Ofício nº 131/92 de 03-11-92
--------------------------------------	--	---------	------------	----	-----	----	--

A indicação do corpo docente foi exercitada "em separado", conforme os números dos processos citados nesta informação.

Consta do processo proposta de alteração regimental para inclusão do novo curso e que modifica os artigos do Regimento.

Ainda, em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Deliberação CEE nº 03/94, foi anexado aos autos o Relatório Conclusivo da Comissão de Especialistas, nos seguintes termos:

"Face às informações constantes da Carta-Consulta relativa à Habilitação em Educação de Excepcionais - Deficientes Mentais e os dados obtidos "in loco", esta Comissão considera que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva apresenta condições básicas para a manutenção da referida Habilitação. Julga, no entanto, que a autorização para o funcionamento de tal Habilitação deverá ser condicionada ao atendimento dos itens adiante relacionados:

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

"1. Reformulação do Projeto Pedagógico, abrangendo definição do perfil do profissional que pretende formar, metas e objetivos da Habilitação, atribuições do profissional, estrutura curricular, bem como os programas das disciplinas e respectivas bibliografias, conforme recomendações apresentadas à interessada;

"2. indicação de um Coordenador das Atividades Pedagógicas, apresentando seu respectivo "curriculum vitae";

"3. Declaração da Prefeitura e da Direção da Faculdade em que sejam reiteradas sua capacidade financeira e disponibilidade para manter a nova Habilitação;

"4. Termo de Compromisso da Delegacia de Ensino de Catanduva, autorizando a realização de estágios, nas classes especiais, pelos alunos da Habilitação em Educação de Excepcionais - Deficientes Mentais;

"5. indicação do Corpo Docente, por disciplina, em face da reformulação do Projeto Pedagógico;

"6. apresentação do Plano de Implantação da Habilitação solicitada".

Após Diligência, a interessada anexou aos autos, os seguintes dados referentes à reformulação de seu Projeto Pedagógico:

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

PERFIL DO PROFISSIONAL QUE SE PRETENDE FORMAR

Como técnico especializado em educação do excepcional, o profissional com formação teórica consistente, deverá ser capaz de:

- "Contribuir para a discussão e aplicação dos conceitos de educação especial e excepcionalidade nos vários âmbitos onde estes venham a ser utilizados.

- "Planejar ações a serem desenvolvidas no âmbito específico de atuação, integrando o conhecimento adquirido durante o curso às condições da realidade.

- "Realizar diagnóstico da situação a ser enfrentada nos aspectos relacionados não apenas à clientela e ao meio social, mas também à estrutura educativa em que está inserido o projeto a ser desenvolvido.

- "Reconhecer seus próprios limites de atuação para definir o objetivo a ser alcançado.

- "Buscar contribuições com equipe de profissionais relacionados à área para ampliar a compreensão da problemática, aperfeiçoar a construção do diagnóstico e facilitar o desenvolvimento do projeto educativo.

- "Desenvolver ou adaptar metodologias e técnicas para melhor aproveitamento na situação educacional.

- "Realizar pesquisas buscando novas metas e tecnologias que permitam criar novas formas de trabalho.

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

- "Manter uma atitude de investigação no decorrer da implantação e do desenvolvimento do projeto educativo efetivando avaliações constantes que permitam contínuos ajustes.

- "Reconhecer e lidar com as diferenças procurando maximizar o aproveitamento das possibilidades de aprendizagem para cada criança, tanto nas situações pedagógicas propriamente ditas, quanto nos enfrentamentos cotidianos.

- "Manter uma atitude receptiva às contribuições externas, valorizando o conhecimento acumulado pela comunidade e família, integrando-as no projeto educativo.

- "Procurar utilizar recursos comunitários e participar de projetos mais amplos incluindo a população atendida.

- "Divulgar os resultados obtidos promovendo discussões sobre o problema e o trabalho realizado".

Metas e Objetivos Gerais da Habilitação

As metas e objetivos gerais e específicos da Habilitação proposta são os seguintes:

- "Formar profissionais capacitados a trabalhar de maneira conseqüente, através de metodologia específica e adequada, para a integração no processo educativo de segmentos marginalizados, garantindo-lhes o direito de acesso à educação universal:

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

- "Formar profissionais capazes de, no domínio de seu campo de conhecimento específico, participar no questionamento dos processos educativos que são desenvolvidos nas diversas instituições sociais para garantir transformações que permitam o aprimoramento da construção da cidadania:

- "Ampliar o campo de atuação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, procurando criar um pólo de discussão do conhecimento acumulado sobre o assunto integrando experiências locais às novas descobertas e abordagens teóricas desenvolvidas em outros centros, direcionado posteriormente à formação de um núcleo de pesquisa na área educacional:

- "Favorecer a integração dos diversos trabalhos desenvolvidos nesta área na comunidade, oferecendo possibilidade de divulgação, discussão e renovação de experiências para incentivar a implantação de modelos educacionais implicados com a realidade".

Principais Atribuições do Recém-Formado

As principais atribuições que o recém-formado poderá exercer são:

- "Professor de classe de ensino especial na rede pública na área de deficientes mentais:

- "Professor em escolas especializadas no atendimento a crianças excepcionais - "Consultor técnico especializada em Educação Especial em escolas comuns;- "Técnico em Educação, integrando equipes multiprofissionais que tem como objetivo planejar ou atuar nas áreas de Educação, Saúde e Promoção do Excepcional".

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

ESTRUTURA CURRICULAR

A Habilitação pleiteada é baseada no artigo 18 da Lei nº 5.549/68, não tendo, portanto, currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação assim, a estrutura curricular proposta pela interessada é a seguinte:

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO	CARGA HORÁRIA	
	SEMANAL	ANUAL
01. Fundamentos Biológicos do Deficiente Mental	02	060
02. Psicologia do Excepcional I	02	060
03. Psicologia do Excepcional II	02	060
04. Metodologia do Ensino para Deficientes Mentais	03	090
05. Fundamentos de Educação Especial	02	060
06. Elaboração e Desenvolvimento de Currículos para Deficientes Mentais	03	090
07. Introdução ao Estudo da Educação Especial	02	060
08. Medidas Psico-Educacionais de Deficientes Mentais	03	090
09. Orientação Social e Vocacional de Deficientes Mentais	03	090
10. Educação Física, Recreação e Jogos para Excepcionais	02	060
TOTAL	24	720
Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado (Deficientes Mentais)	05	150
TOTAL	29	870
MATÉRIA OBRIGATÓRIA POR LEI		
01. Educação Física	02	060
TOTAL	02	060

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

Resumo: - Carga Horária	870
Ed. Física	<u>060</u>
Total	930

- Turno de Funcionamento: DIURNO E NOTURNO

1. O Plano de Curso da Habilitação em pauta, com todas as ementas das disciplinas componentes da estrutura curricular proposta, bem como justificativas, objetivos, conteúdos e respectivas bibliografias, encontra-se em anexo.

Dando prosseguimento ao atendimento da Diligência foram apresentados:

2. O nome do Coordenador das Atividades Pedagógicas - Prof^a Ana Maria Blanques - Psicóloga (Mestrado em Psicologia), cujo "curriculum vitae" encontra-se no Processo CEE nº 123/93, e Parecer CEE nº / aprovando-a para a disciplina.

3. Declaração da Prefeitura Municipal de Catanduva, Mantenedora da FAFICA, se responsabilizando pela manutenção do novo curso e Declaração da Faculdade afirmando sua capacidade financeira para manter a Habilitação pleiteada.

4. Termos de Compromissos da Delegacia de Ensino de Catanduva, do Centro Educacional Pequeno Mundo e da APAE de Catanduva, autorizando a realização de estágios nas classes especiais, pelos alunos da nova Habilitação.

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

CORPO DOCENTE

O corpo docente, com a respectiva titulação, encarregado de ministrar as disciplinas constantes da estrutura curricular da Habilitação em pauta, nos termos da Deliberação CEE nº 10/95, é constituído pelos professores:

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	DISCIPLINA
01 Ana Maria Blanques Processo CEE 123/93	Psicóloga (Mestrado em Psicologia)	Psicologia do Excepcional I Psicologia do Excepcional II Fundamentos Biológicos do D.M.
02 Fabíola Augusta do Carmo Januário Processo CEE 124/93	Psicóloga (Cursando Especialização)	Orientação Social e Vocacional de Deficientes Mentais Fundamentos de Educação Especial Prática de Ensino sob a forma de Estágio Supervisionado
03 Maria Beatriz Alonso do Nascimento Processo CEE 122/93	Psicóloga (Pós-Graduação em Didática Geral)	Medidas Psico-Educacionais de D.M. Introdução ao Estudo de Educação Especial
04 Dirce Aparecida Gimenez Processo CEE 1.628/88	Graduada em Educação Física (Curso de Especialização)	Educação Física, Recreação e jogos para excepcionais
05 Neuza Aparecida Severino de Matos Processo CEE 706/84	Graduada em Pedagogia (Curso de Especialização e Créditos de Pós-Graduação)	Metodologia do Ensino para Deficientes Mentais Elaboração e Desenvolvimento de Currículo para Deficientes Mentais

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

Com relação ao Plano de Implantação da nova Habilitação a Faculdade assume o compromisso de apresentá-lo imediatamente após a aprovação de sua autorização de funcionamento, fornecendo, entretanto, antecipadamente, dados sobre o processo de seleção dos candidatos ao referido Curso.

2. CONCLUSÃO

Autoriza-se o funcionamento da Habilitação em Educação de Excepcionais - Deficientes Mentais junto ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Educação para a homologação e, em seguida, ao Ministério da Educação e do Desporto.

São Paulo, 06 de novembro de 1995.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses

Relator

PROCESSO CEE Nº 146/92

PARECER CEE Nº 726/95

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Bernardete Angelina Gatti, Frances Guiomar Rava Alves, João Gualberto de Carvalho Meneses, José Mário Pires Azanha e Luiz Roberto Dante.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1995.

a) *Cons. José Mário Pires Azanha*
Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 06 de dezembro de 1995.

a) *Cons. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO*
Presidente